

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.465.809 - RJ (2019/0068759-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : JUDITE MARCELINO OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCUS VINÍCIUS LOPES DE OLIVEIRA - RJ107420
AGRAVADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORE : MÍRIAM CAVALCANTI DE GUSMÃO SAMPAIO TORRES -
S RJ074871
VANESSA CERQUEIRA REIS DE CARVALHO E OUTRO(S) -
RJ081983

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JUDITE MARCELINO OLIVEIRA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de JUDITE MARCELINO OLIVEIRA, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 06/03/2017, sendo o recurso especial interposto somente em 13/07/2017.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a interposição de agravo interno contra decisão colegiada configura-se erro grosseiro, sendo absolutamente incabível, nem interrompendo nem suspendendo o prazo para a interposição do recurso especial, como, de fato, ocorreu na espécie.

Nesse sentido, o AgRg no AgRg no RE nos EDcl no AgRg nos EAREsp 822.343/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 22/08/2018 e o

AgInt no AREsp 1199970/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 20/08/2018.

Ainda, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Hélio Rodrigues de Oliveira Filho, subscritor do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Outrossim, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, ficou-se inerte (fl. 220). Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente